

**EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA***School Education: An Analysis from the contributions of Historical – Critical Pedagogy*Tania Aparecida de Paula Servim¹ <https://orcid.org/0000-0002-3923-4811>**RESUMO**

Este artigo promove reflexões acerca da educação escolar pela perspectiva da pedagogia histórico-crítica por meio do estudo das obras de Saviani (2008, 2011, 2012), Marsíglia e Martins (2018) e Rossi e Rossi (2020), onde de início apontamos a relação entre trabalho e educação, significativos à compreensão da teoria. Em seguida, desenvolvemos a análise da educação por meio de sua origem e sua especificidade escolar no seio da sociedade capitalista apontando suas contradições. E finalmente, formulamos alguns apontamentos dos desafios enfrentados pelos professores diante do processo de precarização do trabalho docente. Concluimos que o objetivo da educação escolar nesta sociedade não atende aos reais interesses do desenvolvimento humano, exigindo de nós, postura teórica crítica que vise ao aprofundamento dos estudos e contribua com a articulação de ações que se objetivem em uma educação a partir das autênticas necessidades de emancipação humana.

Palavras-chave: Educação. Educação escolar. Pedagogia histórico-crítica.

¹ PPGEDU-UFMS, Campo Grande – MS. E-mail: taniapaulaservim@gmail.com

ABSTRACT

This article promotes reflections on school education from the perspective of historical – critical pedagogy through the study of the works of Saviani (2008, 2011, 2012), Marsiglia and Martins (2018) and Rossi and Rossi (2020), where at the beginning we point out the relationship between work and education, signification to the understanding of the theory. Then, we developed the analysis of education through its origin and its school specificity within the capitalist society, pointing out its contradictions. And finally, we formulate some notes on the challenges faced by teachers in the face of the precarious process of teaching work. We conclude that the objective of school education in this society does not meet the real interests of human development, requiring from us, a critical posture of studies and articulation of actions that contribute to the authentic potentiation of human conscience critical theoretical posture that aims to deepen studies and contribute to the articulation of actions that aims at an education based on the authentic needs of human emancipation.

Keywords: Education. Scholl education. Historical-critical pedagogy.

Introdução

Educação e trabalho pela esteira do materialismo histórico dialético são categorias essenciais de análise e compreensão, que além de nos ajudarem a compreender as bases dessa teoria, fomentam nossa discussão com relação ao devir humano. Para que possamos nos aprofundar ao entendimento do movimento da educação, é preciso entender que este movimento se articula intimamente ao movimento do desenvolvimento humano que se objetiva por meio da atividade do trabalho. Este trabalho, em sentido ontológico, permitirá ao homem um salto qualitativamente significativo em relação às transformações tanto em natureza ambiente quanto à própria natureza humana. No que tange a esta última, é que podemos perceber esta relação íntima entre educação e trabalho, que parte das mediações entre os indivíduos no sentido literal da apropriação e transmissão, ou seja, do processo de educar e ser educado a partir do constructo humano ora já constituído.

Partindo desta premissa, de que o homem cria seu mundo por meio do trabalho e se humaniza através da socialização do conjunto constituído pela humanidade, podemos afirmar então que a educação se trata de “fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2011, p. 11) e que, portanto, para ser compreendida, requer inexoravelmente a compreensão da própria natureza humana, originada por meio da relação ontológica de transformação da natureza, por parte do homem, com a finalidade de atender a uma necessidade de sua própria existência. E, para tal tarefa, lançamos mão dos pressupostos considerados essenciais pela teoria que a nosso ver, representa o

que há de mais elaborado e próximo à realidade objetiva para uma autêntica apreensão do movimento real da dinâmica social.

Deixar claro nosso posicionamento nos parece também uma boa maneira de “marcar território” no campo teórico, uma vez que, como demonstraremos mais adiante, temos visto uma gama de teorias pedagógicas surgirem, ou até mesmo se recriarem de formas e nomenclaturas distintas, como uma forte tendência ao que se considera atualmente como “novas competências” da Educação, do professor e do estudante para o século XXI.

Não podemos e não vamos conceituar a educação de forma simplista, tendo por base o recorte de pensamentos de alguns teóricos sobre tal categoria, ou pior, analisá-la de forma descolada da totalidade social e suas múltiplas interações e inter-relações entre os vários complexos sociais existentes em uma determinada forma de sociabilidade, manifestada em uma dada época histórica. Se tratamos dessa forma e desde já delineamos a base a qual nos apoiar para não perdermos de vista o nosso objeto, assumir a pedagogia histórico-crítica como a teoria que nos ampara em nossas leituras é fundamental desde já, tendo em vista nosso compromisso em contribuir com o avanço das leituras críticas desta ordem e das teorias que a buscam reproduzir, especialmente no campo da educação.

Como tratamos anteriormente, o homem, em sua natureza específica, se torna diferente dos demais animais, pois “cria o novo” através dos atos de trabalho. O que queremos demonstrar é que, o homem nesse sentido social não nasce pronto, mas precisa experimentar e se apropriar do mundo pela humanidade criado, por meio das diversas interações estabelecidas no seio das relações sociais. Fato é que a humanidade precisa ser produzida neste homem para que ele possa se tornar um membro de seu gênero, como nos mostra Saviani.

Portanto, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 2011, p.11).

O homem ao nascer, possui as bases da natureza biofísica como qualquer outra espécie, mas apenas a sua natureza biológica. É tão somente através da apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade, que são transmitidos por outros membros do gênero, que o homem se torna mais humanizado, apropriado do mundo da cultura pela humanidade produzida, no sentido de lançar mão dos conhecimentos, habilidades, técnicas, enfim, tudo aquilo que culturalmente existe

para além do mundo natural. Reiterando que, este mundo da cultura produzido de forma social só é possível por meio da atividade exclusivamente humana de transformação do natural em social, e que permite aos novos membros do gênero, a produção de conhecimentos, técnicas, habilidades necessários para que “esse mundo” se produza e reproduza.

Esta atividade, que é denominada pela teoria social marxiana como trabalho, e que tem por base a interação entre o homem e a natureza como meio de objetivar as necessidades desde as mais primárias e essenciais, como alimentar-se e vestir, às mais complexas relacionadas à sociedade vigente, é encarada pelo materialismo histórico como a ação estritamente humana que funda a totalidade social, ação ontológica que deve ser compreendida como o principal pressuposto do método de Marx para que a análise do objeto investigado seja comprometida com a realidade em sua essência.

Uma vez compreendida a ação do trabalho e sua centralidade no processo da produção da humanidade dos homens, portanto, da própria sociedade, nos cabe agora, compreendermos como a educação é intrínseca à atividade humana do trabalho e fundamental para o desenvolvimento social. Se dissemos que um ser humano só é capaz de se tornar social através da assimilação da cultura produzida através do acúmulo de conhecimentos e habilidades produzidos ao longo da história pela humanidade, afirmamos, portanto, que é preciso que haja uma interação entre sujeito e sujeito, ou seja, uma interação entre apropriação e transmissão do conhecimento acumulado, de um sujeito ao outro.

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Isso porque tomamos como premissa que a atividade vital humana é o trabalho, que se explica pela relação de transformação da natureza pelos seres humanos. Assim, o trabalho, em sua acepção ontológica, forma o ser humano, por meio das mediações instituídas a cada novo ser da espécie por aqueles que já constituem o conjunto da humanidade. (MARSIGLIA, MARTINS, 2018, p. 1698)

Tal fenômeno, que se origina na própria essência do ser social por estar tão intimamente relacionado aos processos de trabalho, como nos explica Saviani, ao afirmar sobre a natureza da educação, “que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2011, p. 11).

Por tal maneira, vimos essa relação intrínseca de trabalho e educação, como duas grandes dimensões do mundo da cultura, ou seja, exclusivamente dimensões humanas que por excelência implicam no desenvolvimento das máximas potencialidades do gênero humano, e que por nosso entendimento, devem ontologicamente continuar a ser, enquanto existir humanidade. Porém, a

educação, assim como o trabalho, possui especificidades distintas conforme se alteram as configurações da totalidade social. O que queremos demonstrar com isso é que, se o trabalho funda a sociedade, cabe a ele, portanto, colocar o campo de possibilidades reais para que os demais complexos sociais possam atuar nesta determinada sociabilidade. Se tratamos da sociabilidade capitalista, tratamos portanto, de uma sociedade fundada pelo trabalho na especificidade da forma “assalariada”, na forma de exploração do trabalho e da propriedade privada, onde uma classe se apropria privadamente do fruto do trabalho da outra. Se na dimensão do trabalho na sociedade capitalista as relações sociais se alicerçam na exploração e desagregação da riqueza material, não obstante será com a educação e sua forma específica na mesma sociedade de classes, onde as mesmas relações sociais de produção exercerão influência na educação de forma a explicitar “a contradição entre a humanização necessária de todos os indivíduos e a possibilidade de acesso aos conteúdos requeridos a ela” (MARSIGLIA, MARTINS, 2018, p. 1699). A educação, orientada pelas relações de trabalho assalariado, em nossa sociedade vigente, assume a especificidade mais generalizada da “educação escolar”, que se comporta em contexto hegemônico, no sentido de ofertar apenas “o conteúdo” concernente às condições para que os indivíduos desta sociedade sejam capazes apenas de pensarem “dentro da bolha” e não “para além dela”, e de tal maneira que continuem a reproduzi-la.

Educação escolar: uma análise por dois vieses

A partir da apropriação dos fundamentos essenciais à apreensão da teoria da PHC, explicitando a importância da educação no processo de desenvolvimento humano, avançaremos à análise da especificidade da educação escolar, por meio de dois vieses, a saber: no primeiro momento, se refere à especificidade desta categoria compreendida no interior do modo de produção capitalista, e no segundo momento, à análise da função pela qual a educação escolar deve se objetivar, partindo das premissas de uma perspectiva crítica, centrada no desenvolvimento pleno do indivíduo.

Sabemos que o homem se torna social ao passo que se apropria da cultura humana, por meio da aquisição dos conhecimentos da humanidade que são necessários para sua interação. Isso nos ajuda a analisar a categoria da educação escolar, por meio da perspectiva ontológica, ou seja, aquela investigação que busca a compreensão da essência do seu objeto.

Ao assumirmos nosso posicionamento direcionado à perspectiva da pedagogia histórico-crítica, vimos com clareza objetiva, as contradições inerentes ao processo educativo escolar, semeadas desde tempos mais remotos, em outros modos de produção, mas que agora se tornam mais latentes, principalmente dada a postura ideológica sob a qual vivemos atualmente, que dissemina a educação como atividade capaz de salvar a humanidade e contribuir sempre para a perspectiva de tornar o cidadão mais crítico e consciente do ponto de vista do papel que exerce ou que pode vir a exercer diante da sociedade, mas sem jamais criticar a velha ordem, quiçá pensar em transformá-la.

Podemos evidentemente começar por esta primeira contradição. Veja que, a forma de sociabilidade pela qual estamos condicionados, se fundamenta na exploração do homem pelo homem, objetivando lucro. Explora o trabalho, que produz a riqueza em todas as formas de sociedade e segrega seus membros em classes distintas de acordo com o papel que exercem nessa cadeia da exploração: por um lado, a classe dominante, que explora e se apropria privadamente da riqueza construída pelo trabalho, e por outro lado, a classe dominada, que é a classe que efetiva os atos de trabalho, ou seja, constrói a riqueza, mas é aviltada e tampouco se reconhece como classe que produz a riqueza, e riqueza esta, que é indispensável à reprodução de toda a sociedade, pois como já sabemos, é a base material, ou seja, as condições criadas pelo trabalho para atender às necessidades humanas que corroboram para que esta sociedade se mantenha. Pois bem, este cenário é o “pano de fundo” da sociedade capitalista, na qual a burguesia vive e se apropria da riqueza construída pela classe trabalhadora, enquanto a última, cabe apenas o papel de continuar sendo explorada, e segregada da maior parte dessa riqueza, que por ela é produzida. Neste caso, a contradição reside no fato de que a educação escolar nesta sociedade se propõe a algo ontologicamente impossível, humanizar. A educação, por meio de suas mais diversas vertentes pedagógicas, se configura como dimensão social libertadora, possibilitando, a partir de suas práticas, o desenvolvimento pleno do intelecto e da consciência crítica dos sujeitos e promovendo mais equidade social. Seria mesmo possível uma educação assim no interior de uma sociedade onde a premissa é o lucro por meio da exploração do homem pelo homem e da natureza em graus que ameaçam sua própria extinção? Isso é mesmo possível?

A questão é que a apropriação por parte da classe dominante vai muito além do que apenas o conteúdo da riqueza material. Ela se apropria também da riqueza espiritual, dos conhecimentos, das habilidades, ou seja, segrega o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade que

deveria ser socializado genericamente. Se há desigualdade na produção da riqueza material, há desigualdade na distribuição da riqueza material. E o mesmo ocorre com a riqueza não material, ou seja, com o legado humano no que tange ao desenvolvimento histórico dos conhecimentos mais elaborados pela humanidade.

Essa contradição explicita o objetivo real da educação escolar, que no modo de produção capitalista, se torna o modelo de educação mais abrangente. Na sociedade capitalista, a educação escolar exerce a função de orientar de forma generalizada à população no sentido de ofertar, sobretudo à classe trabalhadora, os conhecimentos mínimos, porém necessários para que tenham condições de ocuparem os mais diversos postos de trabalho, a depender do grau de escolarização, selecionando assim, funções de explorados e de agentes controladores da exploração, por exemplo, necessárias devido ao desenvolvimento significativo do processo de industrialização, e que necessita e exige cada vez mais, a seleção e competitividade nessa cadeia. Portanto, para o capital, a função da escola é a de gerir os processos de divisão do trabalho e justificar por meio da educação escolar, a hierarquização neste processo, naturalizando, por exemplo, a meritocracia bem como a estigmatização do sucesso e fracasso individualizados, alienando a classe e a destituindo da compreensão de que são as relações sociais de produção, as reais causadoras da desigualdade social nesta totalidade.

Neste sentido, a busca pelo conhecimento imparcial e por uma ciência comprometida com a verdade, princípios disseminados pela classe burguesa e seus principais pensadores na época da sua ascensão social, se tornam obsoletos após a consolidação desta classe, que a partir de então, limitará por meio das políticas educacionais, o currículo da escola, especialmente da pública, que pretende formar a classe trabalhadora para o mercado de trabalho e suas adequações.

Portanto, até que as grandes revoluções gestassem o novo modo de produção, que a forma de trabalho se alterasse hegemonicamente e que, a classe burguesa se consolidasse enquanto dominante, a concepção de ciência e verdade era difundida como essência para uma sociedade democrática e livre. Uma vez que esta situação se concretiza, não mais interessa a esta classe burguesa continuar a difundir o conhecimento como a essência da liberdade e da justiça, pelo menos não mais para a classe explorada. A igualdade se converte em democracia, ou seja, a igualdade e a liberdade somente existem no plano formal. A realidade em sua concretude se mostra outra, que continua a se fundamentar na exploração do homem pelo homem, porém agora, com outra face, outras classes, outro Estado. Se não interessa mais a esta nova classe dominante lutar pela igualdade

de condições e a disseminação livre do conhecimento, das ciências, da verdade científica, também a ela não mais interessa compartilhar esses conhecimentos com a classe trabalhadora, como nos revela Marsíglia e Martins:

Ocorre, no entanto, que consolidada como classe dominante, a burguesia vê seus interesses ameaçados, o que a leva a defender, em termos educativos, a pedagogia da existência, afirmando que os seres humanos são essencialmente diferentes, com capacidades, motivações e interesses próprios a cada um. Com esse princípio, em nome do suposto respeito às diferenças, legitima-se a desigualdade de acesso ao patrimônio humano-genérico, bem como a dominação e os privilégios. (MARSÍGLIA, MARTINS, 2018, p. 1700).

Ora, se foram esses conhecimentos que contribuíram para que a classe burguesa se apropriasse da realidade e a transformasse, por qual motivo despertaria essa mesma possibilidade na classe trabalhadora?

Os homens são essencialmente livres; essa liberdade funda-se na igualdade natural, ou melhor, essencial dos homens, e se eles são livres, então podem dispor de sua liberdade, e na relação com os outros homens, mediante contrato, fazer ou não concessões. É sobre essa base da sociedade contratual que as relações de produção vão se alterar: do trabalhador servo, vinculado à terra, para o trabalhador não mais vinculado à terra, mas livre para vender a sua força de trabalho e ele a vende mediante contrato. Então, quem possui os meios de produção é livre para aceitar ou não a oferta de mão-de-obra, e vice-versa, quem possui a força de trabalho é livre para vendê-la ou não, para vendê-la a este ou aquele, para vender a quem quiser. Esse é o fundamento jurídico da sociedade burguesa. Fundamento [...] formalista, de uma igualdade formal. No entanto, é sobre essa base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna a classe dominante, ela vai, a partir de meados do século XIX, estruturar os sistemas nacionais de ensino e vai advogar a escolarização para todos. Escolarizar todos os homens era condição para converter os servos em cidadãos, era condição para que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é óbvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática. (SAVIANI, 2008, p.32-33)

Todas as formas de apropriação e assimilação, por parte dos sujeitos, representam a educação. Mas a questão central para nós neste momento se trata da especificidade da educação escolar, aquela considerada formal e que deve ser generalizada, pelo menos ao que constam as leis e políticas públicas vigentes em nossa sociedade em geral. É importante recorrermos sempre à história do desenvolvimento humano para entendermos que nem sempre houve uma educação escolar, e mesmo a partir do seu surgimento, ela não ocorre com o propósito de atender a todos na sociedade.

A educação escolar se fará mais abrangente na sociedade capitalista que em outras sociedades anteriores. Mas, é preciso estar claro que, esta condição é inerente às necessidades do capitalismo quanto ao processo formativo dos cidadãos trabalhadores. No capitalismo, onde o

trabalho assalariado se expande, as mercadorias se multiplicam a cada dia, e novas necessidades de mercado surgem ininterruptamente, surge também a necessidade de trabalhadores diferenciados, que tenham conhecimentos mínimos exigidos pelo trabalho.

Essa educação escolar, generalizada nesta sociedade atende aos interesses da reprodução desta ordem e a contradição mais latente se expressa justamente na forma como esse processo educativo se materializa. Teorias surgem com objetivos bastante romantizados acerca do ser professor e do papel da escola. A desigualdade social se expressa na educação como a diferença que precisa ser respeitada. É impressionante como o capitalismo se apropria de algumas demandas dos grupos considerados minorias, e transformam tais demandas de maneira que a classe trabalhadora não consiga perceber estas contradições, como no exemplo das diferenças, ou até mesmo da educação voltada ao multiculturalismo, como formas de educar a partir do local de fala dos sujeitos. Não se percebe que estas práticas apenas empobrecem a função social que a escola deveria desempenhar, apenas distorcem os princípios que tanto fizeram parte da luta da burguesia pela liberdade do conhecimento.

E assim, novamente, a educação escolar não se prestou a garantir as condições de humanização necessárias ao pleno desenvolvimento dos indivíduos, fragmentando a formação humana e colaborando para a permanência das condições de alienação. (MARSIGLIA, MARTINS, 2018, p.1702)

Ampliar o acesso à educação escolar e ao mesmo tempo, condicionar o currículo da escola ao interesse pela não socialização dos conteúdos essenciais ao acultramento humano, são contradições que remontam ao agravamento da crise da educação. Cada vez mais se fala em democracia e liberdade, no entanto, cada vez menos o ensino tem se concretizado de tal forma. Quanto mais o discurso se amplia, no que diz respeito ao “olhar” para toda a sociedade, menos isso se objetiva na realidade, principalmente na educação escolar, como vemos nas conclusões de Marsiglia e Martins (2018):

Seja em suas expressões de base neoprodutivista, neoescolanovista, neoconstrutivista ou neotecnicista (SAVIANI, 2010), as pedagogias contemporâneas hegemônicas guardam em comum alguns aspectos: 1) a valorização da educação escolar; 2) contudo, esse enaltecimento é restrito a uma forma escolar voltada ao desenvolvimento do trabalhador para a empregabilidade; 3) disso decorre uma preparação “polivalente”, permanente e adaptativa ao mercado; 4) logo, a formação do sujeito é pautada com base em suas capacidades, interesses e necessidades, que serão ensinadas por meio do desenvolvimento de competências para determinadas situações; 5) há, pois, um esvaziamento dos conteúdos escolares, que produzem uma formação humana insuficiente; 6) a escola se desresponsabiliza do processo educativo imputando ao próprio indivíduo seu fracasso. Da mesma forma que o Estado se desresponsabiliza pela escola. (MARSIGLIA, MARTINS, 2018, p.1704)

Deste modo, a partir das contribuições analíticas dos teóricos da PHC aqui trazidas, a respeito da especificidade da educação escolar no âmbito ordem capitalista, nos cabe afirmar que a educação escolar, é “*conditio sine quan num*” a serviço da manutenção do sistema, possibilitando aos cidadãos desta sociedade, de forma condicionada, aos conhecimentos que são considerados por esta sociedade, os necessários à produção e reprodução desta forma típica de sociabilidade.

Nesse momento, passaremos a tratar da especificidade da educação escolar pelo viés da perspectiva da PHC, que pressupõe um caráter crítico e centrado, portanto, em um processo educativo com vistas ao desenvolvimento integral e omnilateral dos indivíduos por meio da educação formal.

A partir dos pressupostos pautados no materialismo histórico dialético que retratam a relação entre trabalho e educação enquanto uma interação ontológica do ser, podemos entender qual deve ser a função social a qual a educação escolar deve nortear-se, ou pelo menos, nos parece claro que a esta, cabe a função de organizar os conhecimentos sistematizados mais elaborados do ponto de vista da cultura humana, no sentido de preparar o indivíduo para a assimilação deste conteúdo, que fora historicamente acumulado.

Mas é importante frisar, como nos alerta Saviani (2011), que não se trata de quaisquer conhecimentos, e sim daqueles específicos à sua função, de educação formal. Saviani afirma isso, pois a educação em seu sentido amplo, pode se manifestar de inúmeras formas, como por exemplo, a transmissão dos valores familiares, a transmissão dos exemplos de como se deve andar, comer, se portar a mesa ou em outros locais, etc.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2011, p.14)

Portanto, diante do exposto por Saviani no excerto acima, a escola, ou seja, a instituição que se responsabiliza pela transmissão desses conhecimentos deve se ocupar de corroborar sempre nesse sentido. A questão central aqui para nós é, não nos enganarmos a respeito de qual educação, de quais conhecimentos e de qual o verdadeiro propósito dessa escola, desse professor que atua

nessa escola e de qual “cidadão” essa escola pretende formar, como podemos claramente perceber neste resumo do objetivo fulcral da escola pela lente da pedagogia histórico-crítica, de Saviani:

Com reflexões e análises do tipo das aqui apresentadas, procura-se fundar e objetivar historicamente a compreensão da questão escolar, a defesa da especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como elemento necessário ao desenvolvimento cultural, que concorre para o desenvolvimento humano em geral. A escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista. É dessa forma que se articula a concepção política socialista com a concepção pedagógica histórico-crítica, ambas fundadas no mesmo conceito geral de realidade, que envolve a compreensão da realidade humana como sendo construída pelos próprios homens, a partir do processo de trabalho, ou seja, da produção das condições materiais ao longo do tempo. (SAVIANI, 2011 p. 88)

Saviani nos traz a função da educação escolar no sentido de que ela pode e deve contribuir para o desenvolvimento da humanidade. Porém, sabemos que nesta sociedade, essa educação ampliada a todos os sujeitos é impossível, pela própria natureza da sua especificidade no contexto desta totalidade social. Mas de forma alguma, devemos então desmerecer a educação escolar e condicioná-la somente ao processo de reprodução da ordem. Saviani afirma que, compreendida a essência da educação, do trabalho e da dinâmica da totalidade social, é possível, partindo daí, desenvolver uma pedagogia, sobretudo por parte dos professores que assumem seu posicionamento crítico diante da atual condição em que a educação escolar se encontra que venha a contribuir para que a educação escolar se manifeste o mais fiel possível ao compromisso do real desenvolvimento humano por meio da apropriação dos conhecimentos mais elaborados já acumulados pela humanidade. Por tal maneira, a importância tanto dos conhecimentos elaborados (ciência, artes e filosofia) quanto à orientação de serem transmitidos de modo crítico e ontológico.

O professor: uma reflexão crítica sobre o seu papel diante dos desafios atuais.

O que mais vemos ultimamente, ao lermos matérias, artigos e outros diversos gêneros informativos, que buscam refletir o papel do professor, é que é uma profissão que está mudando nos últimos anos. Vemos muitos apontamentos também sobre as perspectivas futuras para a profissão, desde o seu deslocamento de posição central no processo de ensino-aprendizagem, como até mesmo o de sua substituição, ou ainda, na melhor das hipóteses, reflexões sobre as novas habilidades e competências que o professor da atualidade precisa incorporar para se manter ativo e atuante, e ainda professor.

A questão é que, até aqui, tratamos de entender como o homem se constitui socialmente, através do trabalho, e se humaniza por meio da educação em seu sentido ontológico. Entendido isso, buscamos compreender suas especificidades, respectivamente, nesta forma de sociabilidade capitalista, e como estas categorias se relacionam entre si e com a totalidade social e implicam em processos de segregação, no acirramento das desigualdades e, quando tratamos da docência, nas inúmeras condições precárias de trabalho, salário, formação, etc. que desencadeiam um processo de esfacelamento da profissão docente e sua importância na dimensão do ato educativo.

É preciso entender que o professor é parte de uma totalidade social fundada nas premissas anteriormente expostas como as que segregam, aviltam e fomentam competitividade e desigualdade. Isto torna importante a reflexão sobre sua prática, seus limites e o entendimento de que não podemos enxergar o papel do professor enquanto indivíduo apenas, mas sim, de um corpo que recebe influência das relações sociais de produção estabelecidas no seio dessa sociedade e que, portanto, reproduz as práticas nas quais o campo de possibilidades dado por estas relações permite.

E de forma alguma desmerecemos então as boas práticas de professores, ou até mesmo ações pontuais de escolas ou de grupos de professores que compreendem essa questão e usam tal compreensão como meio de buscar alternativas as quais podemos considerar autênticas do ponto de vista da formação humana a partir dos reais interesses de uma pedagogia comprometida com a emancipação da humanidade. Só o que queremos deixar claro aqui, é que precisamos ter a compreensão clara e objetiva de que isso é impossível hegemonicamente sem a real transformação do quadro social vigente. No entanto, isso não faz com que deixemos de lutar, onde nos compete, neste caso, no campo teórico, por teorias que contribuam para que cada vez mais, nos apropriemos do movimento real do processo histórico, e que, a partir disso, possam os professores, atuarem de forma “a remar contra a maré” numa práxis possível e possibilitadora de outras reflexões.

São estes os desafios que entendemos que são possíveis de enfrentar. A apropriação de uma teoria sólida e comprometida com os reais interesses do desenvolvimento humano, no que tange ao processo de humanização plena do indivíduo singular em interação com o gênero, a partir das máximas conquistas e saberes elaborados pela humanidade, função social que compete à educação escolar, à luz da PHC. No trecho da obra de Saviani (2011), podemos perceber como o autor articula o objetivo da escola, que no texto é demonstrado por meio das grandes áreas do conhecimento, com a função que o professor deve exercer, a fim de contribuir com este processo.

A partir daí se abre também a perspectiva da especificidade dos estudos pedagógicos (ciência da educação) que, diferentemente das ciências da natureza (preocupadas com a identificação dos fenômenos naturais) e das ciências humanas (preocupadas com a identificação dos fenômenos culturais), preocupa-se com a identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e à descoberta das formas adequadas para se atingir esse objetivo.

Na última frase podemos pensar o papel do professor no contexto de uma educação escolar que, do ponto de vista da PHC, vise à formação plena do indivíduo a partir da interação deste ao que há de mais elaborado produzido histórica e coletivamente pela humanidade. Por esse viés, fica evidente o papel do professor, como bem nos explica Rossi e Rossi (2020):

O papel do professor continua talvez mais do que nunca, com grande importância social e histórica. Os professores precisam transmitir o conhecimento elaborado nas suas mais variadas dimensões (estéticas, científicas e filosóficas) e isto numa postura crítica [...] (ROSSI, ROSSI, 2020, p. 86).

E desta maneira, para que os professores possam ser capazes de contribuir com esse papel, precisam mais do que nunca, se apropriarem também dos clássicos, e do que há de mais elaborado em sua área de atuação para que, desta forma, seja capaz de mediar esses conhecimentos constituindo-os em forma curricular, e assim, sejam assimilados por seus estudantes. Veja o papel fundamental e porque não, central do professor no processo de ensino.

Mas como contribuir para que o professor possa se apropriar de tais saberes? Ainda mais se tratando de que vivemos atualmente sob as mais variadas influências pedagógicas cujo compromisso se mostra explicitamente antagônico ao da PHC, quanto ao que se deve ensinar e como se deve ensinar e especialmente às concepções de professor e de escola. De tal maneira, evidentemente essas influências se reverberam nas academias e nos processos formativos destes professores, desencadeando numa prática docente cada vez menos preocupada com o saber elaborado, e fruto também das condições mais degradantes possíveis (baixos salários, péssimas condições de trabalho, etc.) a que se encontram esses docentes, como nos mostra Rossi e Rossi (2020):

O “livro” didático aparece como a solução que o mercado encontrou para este problema. Basta segui-lo e já está bom. Esta é a concepção geral que se faz presente na prática educacional. (ROSSI, ROSSI, 2020, p.88)

Esta relação, entre conhecimento elaborado e pesquisa precisa estar alinhada para que de fato, os professores tenham a oportunidade, primeiramente de terem acesso a formações

comprometidas com o que há de mais elaborado em suas áreas de formação, caso contrário, estarão fadados ao insucesso de sua empreitada:

Os professores devem transmitir o conteúdo de sua disciplina, prezando pelos clássicos, pelo conhecimento elaborado e erudito numa abordagem crítica ontológica; caso contrário, serão generalistas e continuarão presos no âmbito da “epiderme” do real. (ROSSI, ROSSI, 2020, p. 91)

De tal maneira, é necessário também que as pesquisas na área de educação, assumam um posicionamento comprometido com esta perspectiva do conhecimento ontológico, verdadeiro, imbuído a desvendar seu objeto, em sua estrutura, dinâmica e essência, independente da subjetividade individual ou social que muitas vezes, se revela idealista no sentido de buscar algo inalcançável na realidade e confiar demais à consciência em detrimento do processo histórico real e objetivo. Quanto mais comprometida em desvendar seu objeto estiver determinada pesquisa, tanto mais se mostrará se confrontada ao processo histórico real, e, portanto, resultará em conhecimento elaborado objetivo, universal, que deverá contribuir para a construção de conhecimentos teóricos de relevância ao campo da educação, como por exemplo, nas formações de professores que estejam alinhadas a uma perspectiva crítica do processo de ensino, que reflita em sua importância, como apontam Rossi e Rossi, “O conhecimento teórico é essencial para a compreensão profunda e sistematizada da realidade objetiva, bem como a sua modificação intencional” (ROSSI, ROSSI, 2020, p. 99).

Um conhecimento elaborado neste rigor pela educação se reverbera em uma apropriação por parte de professores e que, por sua vez, se refletirá em um processo de transmissão dos conhecimentos aos quais acreditamos serem os mais desenvolvidos e necessários ao desenvolvimento pleno e integral dos sujeitos.

O objetivo do professor, de um ponto de vista das autênticas necessidades e reais interesses humanos, é contribuir com o desenvolvimento crítico da visão de mundo dos alunos e não incentivar a sua permanência no plano dos saberes espontâneos e rasos. (ROSSI, ROSSI, 2020, p. 98)

Nesta reflexão buscamos de forma breve, porém pautada nos preceitos de uma teoria sólida e a nosso ver, a que mais atende às demandas por transformação do quadro social cujo cerne se objetiva na exploração do homem pelo homem, relacionar a importância do professor e da sua apropriação, no sentido de que deva estar comprometido com a crítica em seu sentido ontológico, buscando no movimento real, as contradições que nos ajudam a desvendar as tantas “ilusões pedagógicas” muito bem sintetizadas por Rossi e Rossi (2020).

Neste sentido, cabe ao professor, centrar esforços em se apropriar destes conhecimentos clássicos. Cabe ao professor da pedagogia histórico-crítica, contribuir com o currículo que seja o mais elaborado possível, contendo os saberes que efetivamente são necessários ao desenvolvimento humano, ao seu acultramento, diminuindo a segregação da riqueza imaterial construída pelos homens e que é nesta sociedade de classes, estranhada da classe trabalhadora, por meio de pedagogias vazias, propostas pedagógicas que nada contribuem ou verdadeiramente se comprometem com a transmissão do que há de mais elaborado nas Ciências, nas Artes e na Filosofia.

Considerações Finais

Buscamos aqui, provocar uma breve reflexão acerca da especificidade da educação escolar e de que forma pode o professor, diante do cenário atual, contribuir de forma crítica e contra-hegemônica com os processos de uma educação escolar pautada nos preceitos da humanização autêntica. Apontamos, para tanto, algumas discussões as quais consideramos pertinentes ao debate, mesmo entendendo que são considerações que devem nos remeter à busca pelo aprofundamento das ideias aqui explanadas.

É inegável afirmar que a PHC reafirma uma posição teórica bastante adversa à forma como vemos a educação escolar se projetar na realidade. Contudo, tal posição é imprescindível, uma vez que, nos propomos a analisar nosso objeto em sua essência e para tanto, lançamos mão dos pressupostos que melhor atendem a essa análise.

A reflexão proposta apontou que a educação escolar, no interior desta sociedade, se mostrou ferramenta eficaz a serviço do capital, no sentido de contribuir para a socialização dos conhecimentos que se tornaram fundamentais para os trabalhadores diante do cenário pós-industrialização. Mas assim como a sociedade se modernizou ao passo que desenvolveu cada vez mais suas forças produtivas, também se modernizam os processos e ações, relacionadas à educação formal, que sejam voltadas à manutenção do modo de produção capitalista. Podemos neste contexto atual de pandemia, citar o exemplo das aulas remotas, e das estratégias que se voltam agora à defesa do ensino a distância e remoto como formas de possibilitar momentos educativos sem a necessidade do espaço escolar, e com isso, a defesa também da tecnologia como possível substituta do papel do professor no processo do ensino.

Por tal maneira, pensamos que proposições como esta, feitas a partir de estudos que promovam a melhor compreensão da PHC, precisam ser ampliadas, com o objetivo de estendermos o debate acerca das temáticas consideradas importantes aos pesquisadores em educação, pois, desta forma, somos instigados a contribuir com outro viés da perspectiva educacional, a fim de propormos estratégias que partam da crítica, sobretudo a do cenário nacional, tão importante nessa atual conjuntura.

Fazer a crítica, imbuídos pela perspectiva da PHC à função social da educação escolar e aos desafios que se colocam diante do professor, que a nosso ver, é peça fundamental no cenário da educação formal, se trata de apontar as limitações condicionadas por uma estrutura social organizada pelos interesses da classe dominante e que enxerga na educação escolar, uma forte aliada aos seus propósitos, bem como as novas caracterizações sugeridas ao professor do século XXI. O “mais do mesmo”, tendências que se justificam a partir da crise pela qual o capitalismo adentra e precisam ser confrontadas e superadas, se quisermos de fato avançar no sentido de desenvolvermos uma pedagogia de fato preocupada com os interesses humanos mais autênticos.

Esperamos que, a partir dessas reflexões, possamos buscar um maior aprofundamento sobre a pedagogia histórico-crítica e compreender como esta teoria pode contribuir, sobretudo, com o entendimento sobre a educação e sua especificidade e como podemos diante desse conhecimento, tomarmos um posicionamento crítico no sentido de “agir” em prol de objetivar ações comprometidas com a visão de que a educação é uma dimensão humana essencial ao nosso desenvolvimento em sentido pleno, e, portanto, lutar em sua defesa, como esta dimensão deve se operacionalizar para toda a humanidade deve ser nossa maior bandeira no campo educacional.

Referências

MARSIGLIA, A.C.G; MARTINS, L.M. **A natureza contraditória da educação escolar: Tensão histórica entre humanização e alienação.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1697-1710, out./dez., 2018.

ROSSI, A. S.: ROSSI, R. **Educação Escolar e Formação de Professores: a prática da crítica e a crítica da prática.** Editora UFMS – MS, 2020.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas-SP: Autores Associados, edição comemorativa, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações 11ªed.Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, D; & DUARTE, N. **Pedagogia Histórico - Crítica e luta de classes na educação escolar**. Autores Associados, Campinas - SP, 2012.

Recebido em: 18/08/2020

Aceito em: 20/09/2020

Publicado em: 02/12/2020